

A MORDAZ CRÍTICA NOS TEMPOS DO IMPÉRIO

Fernando da Cruz Gouvêa

“Pernambuco é um céu aberto”, exclamou D. Pedro II ao desembarcar no Recife numa manhã de novembro de 1859. Essa expansão pouco comum no monarca de temperamento taciturno, registrada n’O **Monitor das Famílias** em meio às notícias, diz Luiz do Nascimento, “extraídas em grande parte de folhas públicas, principalmente do **Diário de Pernambuco**”, inspira-se no belo espetáculo da cidade ensolarada, engalanada e cheia de gente convocada pela imprensa de todos os partidos para ver e saudar os soberanos que pela primeira vez pisavam o solo pernambucano. Segundo o conservador **Diário de Pernambuco**, “na realidade a Veneza americana seduzia e encantava, como mágica sereia deslumbrante de esplendores”. De sua parte, **O Liberal Pernambucano** frisava que o Largo do Colégio, coalhado de povo, “era uma das vistas mais belas que jamais tivemos diante dos olhos”. Apesar de sua ligação com o partido que amargava duro ostracismo político, consequência da Revolução Praieira, a folha garantia que mais do que alegria, entusiasmo ou júbilo, o povo à vista de Suas Majestades fora tomado por uma fúria, “uma espécie de enlouquecimento”, que afetou até a ordem do préstito.

Reclamando apenas que “a poeira era muita, assim como o calor”, D. Pedro II percorria aquelas ruas sem dúvida lembrado de que há dez anos elas haviam servido de cenário da luta entre os guerrilheiros da “Praia” e as forças imperiais que, mais poderosas, esmagaram grande parte dos revoltosos, deixando os sobreviventes como presas para a feroz repressão de Manuel Vieira Tosta e de Figueira de Melo. O povo que testemunhara os dramáticos eventos de 2 de fevereiro de 1849, aplaudia o moço soberano que, desfilando em o vistoso uniforme de almirante, transmitia aos provincianos uma imagem igual à dos príncipes mostrados em ilustrações vindas de longe.

De tal forma D. Pedro II marcou a imaginação popular que anos depois voltando à capital pernambucana, houve quem estranhasse a troca por ele feita do uniforme pelo fato preto “a burguês”, como diria o **Diário de Pernambuco**, inexpressivo para um soberano que em lugar de alimentar com magnetismo pessoal os seus súditos carentes de politização e de entusiasmo pela monarquia, amornava-se naquele ceticismo, voltaireano até a licença, observaria Oliveira Lima. **O Seis de Março**, terrivelmente panfletário no seu republicanismo, ao noticiar a passagem

do imperador pelo Recife no dia 26 de março de 1872, repeliria a expressão “descer a terra” empregada indevidamente, no seu entender pelo **Diário de Pernambuco**, e sustentava que o povo não se iludira: nem se enganara: “O rei burguês — burguês só porque saltou de bordo trajando paletó e boné — não seduziu, não arrastou, não conseguiu popularidade”.

Mas naquele dia festivo do verão de 1859, a julgar pelas notas aparecidas no Jornal recifense **A Ordem**, que sucedera a **O Echo Pernambucano** e ao **Jornal do Comércio** — segundo Luiz do Nascimento, este último “não conseguiria, no decurso de dois anos, o necessário apoio da classe comercial” — a capital pernambucana mais talvez do que para o monarca, era um céu aberto para a população, sobretudo aquela hoje chamada “de baixa renda”. Dizia “O Compadre Provinciano” em missiva endereçada a um “Compadre Cortesão”, no Rio de Janeiro, n.º **A Ordem**, edição de 10 de janeiro de 1860:

“Compadre, vou contar-lhe um fato escandaloso que acaba de ter lugar nesta cidade. Durante a estada de SS. MM. nesta província, os gêneros alimentícios não sofreram a menor alteração: antes pelo contrário alguns baixaram consideravelmente. A carne verde, o peixe e a farinha chegavam para toda a população, e a preços módicos; todos admiravam a abundância e a regularidade do mercado, de modos que atribuía-se mais esse bem à presença dos augustos visitantes. Mas que engano, meu compadre. Os monopolistas, essa raça malvada e amaldiçoada de Deus e dos homens, apenas SS. MM. embarcaram, elevaram o preço de tudo, de sorte que a carne que se vendia a 160, hoje subiu a 320 rs. a libra; a farinha, que naqueles venturosos dias não passou a 320 rs. a cúa, hoje custa 480 e 560 rs.; o peixe !... o peixe custa mais que ouro”.

Para o articulista, “uma súcia de verdadeiros réus de polícia” aglomerava-se nos bancos da ribeira, e ali “jogando e bebendo cachaça”, tão cedo aparecia o pescador, era cercado por todos os lados, “até aposentarem-se da pesca, e ali mesmo revendia a outros três ou quatro, de modos que quando o peixe chega a ser retalhado com o povo é por um preço tão fabuloso que admira”. A polícia bem poderia remediar o mal, dizia ele, trancafiando tais atravessadores, ou por outra, recrutando-o para as forças armadas imperiais.

Entretanto, mais grave parecia o problema da carne verde, “porque desgraçadamente achavam-se envolvidos no monopólio dela alguns **figurões** da nossa terra, os quais ou já perderam a graça de Deus, ou são tão egoístas que não enxergaram o sangue que diariamente bebem do povo. Apesar porém de tudo isso a polícia podia dar algum remédio ainda que lhe fosse preciso praticar algum arbítrio, que seria aplaudido pela população”.

Quanto ao terceiro gênero básico da alimentação do povo, a farinha, prosseguiria “O Compadre Provinciano”, além de ser comprado “à meia-noite” pelos monopolistas dos armazéns, havia na época “uma quadrilha arregimentada que antes de o matuto chegar à povoação dos Afogados, é logo atacada a preço módico para ser vendida pelo duplo, na praça. Esses atravessadores são tão audazes que chegam a forçar os pobres matutos para lhes entregar a farinha pelo preço que querem”. E completava o quadro por assim dizer secular: “Enfim, meu compadre, estamos pagando caro os dias que gozamos durante a visita de SS. MM. Imperiais; e os monopolistas enchendo as algibeiras à custa do sangue do povo !”.

Quando o **Apa** suspendeu do porto do Recife levando a bordo o imperador e a imperatriz, a imprensa pernambucana julgou válido apresentar aos leitores algumas considerações sobre o que a província esperava de objetivo daquela visita triunfal, concluída na madrugada de 24 de dezembro, sempre em meio a aplausos que chegaram a repercutir no Rio de Janeiro (Ver **Diário de Pernambuco** de 6 de janeiro de 1860), e com as salvas das fortalezas e dos navios surtos no porto. O **Liberal Pernambucano**, que há muito pleiteava a criação de uma sociedade agrícola, louvaria a instalação da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, capaz, dizia, de atacar os dois principais problemas da lavoura provincial: a falta de braços e a falta de capitais.

Descrevendo com todos os pormenores a partida do Imperador, o **Diário de Pernambuco** admitia que a província já recebera alguns benefícios de reconhecida importância, todavia, outros maiores ainda eram devidos pelo Governo Imperial. Parecia ao Jornal um fator importante o conhecimento adquirido pelo monarca durante a visita sobre as condições e as necessidades de Pernambuco e isto, por certo, seria vantajoso e autorizava esperanças de que afinal viriam o melhoramento do porto, o prédio para a faculdade de Direito e outras medidas de sentido social.

Enquanto isso, dizendo-se imparcial, sem ligações partidárias, e censurando o individualismo que reduzia a nada os partidos políticos, **A Ordem** não se iludia muito que os generosos aplausos dos comprovincianos ao imperador levariam o Governo central a dispensar uma província empobrecida que tanto tinha a reivindicar, e no entanto via substanciais parcelas de sua arrecadação recolhidas em benefício do Centro-Sul. Inácio Bento de Loiola, redator-chefe da folha, ressentido, ao que parece, com o comércio do Recife que negara apoio ao jornal por ele criado, acolheu novas crônicas do “Compadre Provinciano” (talvez pseudônimo seu) censurando os homens de negócios da capital. Dizia o articulista na edição do 24 de janeiro de 1860:

“Compadre Cortesão: Depois que SS. MM. se retiraram, reapareceram as calamidades principalmente no que concerne à alimentação.

Os monopolistas de mãos dadas com os agentes da municipalidade continuam a esfolar o povo. A traficância na ribeira do peixe, no mercado da farinha e nos açougues está no seu auge, e uma autoridade só não aparece ao menos para garantir a população da invasão desses autores ! Alguns fiscais da Câmara Municipal já andam ocultos, receosos de que o povo os acometa de mão armada para chamá-lo à conta”.

Em seguida, reclamaria contra uma cena deplorável e que começava a ser comum nas ruas do Recife daquela época: “Os garapões, que por uma postura municipal são proibidos pelos danos que causam aos escravos, aí estão patentes aos olhos do público. No cais do Ramos, no beco por detrás da igreja da Penha, na rua do Rangel e em muitas outras partes, vende-se **garapa madura** a toda a hora ! Por essa relaxação ou conivência é que os pretos escravos e os mendigos andam continuamente ébrios, e muitos morrem pelas calçadas !”.

Reclamava ainda o atento Compadre Provinciano que o asilo de mendicidade, “de que tanto se tem falado”, não teria efeito e não constava que cuidavam de por em execução o dito asilo: “Fez-se a instalação na presença de S.M., lavrou-se a competente ata, etc., etc. e tudo ficou no **statu quo** !”

A esta altura o redator alargaria suas apreciações em torno do estado, ao seu ver, lamentável da província: “Compadre, há um mistério nos negócios de nossa estrada de ferro que admira ! Os ingleses encarregados dessa empresa cometem quanta patifaria lhes apraz não só em pura perda dos interesses da companhia e do nosso governo, como particularmente da população do país, que levada particularmente por amor do ganho, ali se sacrifica continuamente. Os sinistros que ali se dão quase exclusivamente em brasileiros, são contínuos: há poucos dias foram esmagados dois infelizes na passagem do tunel na ocasião em que conduziam uns carros com materiais. Desses fatos dão-se todos os dias e a polícia do Cabo ou não tem notícia deles, ou tem medo de comunicá-los à autoridade competente para ao menos lhes dar publicidade”.

Mas, não era somente na estrada de ferro do Cabo que havia irregularidades. Na Companhia do Gás, dizia ele, registravam-se outros tantos abusos: “Há uma economia tal na distribuição do gás na iluminação da cidade que todas as noites rouba-se uma terça parte da luz tanto pela demora de acender e presteza de apagar, como pela escassez do gás que em algumas partes não passa de lamparina. O empresário do gás ou os seus agentes — assegurava o exigente “Compadre” — encarregam a um só homem o trabalho de 46 lampiões: ora, não é possível que um indivíduo possa acender tantos lampiões em menos de duas horas, e daí é que pro-

vém a demora de acender, sendo que para apagá-los em tempo é necessário duas horas antes, de forma que fica uma parte da cidades às escuras não só pela demora de acender, como pela presteza de apagar os lampiões, o que não se daria se cada homem fosse encarregado de vinte lampiões, como acontece no Rio de Janeiro, onde os lampiões não são tão distantes”.

As preocupações do articulista nas supostas cartas ao compadre da Corte abrangiam também o estado não muito bom de hospitais da cidade, e por fim, traindo um pouco a sua tendência conservadora, apreciaria ele o comportamento da imprensa recifense, vale dizer aquela que fazia oposição ao partido há muito dominante:

“Compadre, a imprensa da nossa província vai invadindo as casas e as reputações mais ilibadas, sem respeito à moral nem as autoridades. Se a utilidade da imprensa está na espionagem, nas calúnias e intrigas destituídas de critérios; se consiste em matar o verdadeiro sentimento para agradar a este ou àquele assinante, infiltrando no espírito da população idéias subversivas adoçadas com o nome de liberdade, então é força confessar que andarei sempre errado, sem corresponder à missão e às vantagens da imprensa”.

As simpatias conservadoras do pitoresco “Compadre Provinciano” pareciam mais evidentes nos elogios reservados ao Dr. Luiz Barbalho Muniz Fiuza, que substituíra na presidência da província o então barão de Camaragibe, mas tinha algo a dizer de Goiana:

“Compadre, não sei se é por demasiada modéstia ou imperdoável descuido que os goianenses não têm dado ao público a minuciosa descrição dos pomposos festejos que ali se fizeram por ocasião da visita de S. M. o Imperador. Pois quando todos apressam-se pressurosos em alegar serviços prestados em homenagem ao augusto visitante, só Goiana, que aliás excedeu-se a todos os pontos da província nas manifestações de regozijo, é que há de ficar no olvido? Não haverá naquela populosa e ilustrada comarca um indivíduo que descreva circunstanciadamente os festejos que ali se deram, mencionando os nomes dos cidadãos que mais concorreram para tal fim? Não sei, compadre, donde vem porém essa falta. Apenas aparecer no **Diário de Pernambuco** uma conta de receita e despesa mandada publicar pelo Dr. José Joaquim Firmino como encarregado da iluminação. Nada mais consta (...) apenas se disse por alto que os goianenses brilharam; mas isso só não é bastante — diga-se tudo”, observava o redator com aquela habitual malícia.

Por último, considerando que a sua hipotética missiva estava bastante, faria ele os derradeiros e procedentes comentários contra as suas habituais antipatias, os comerciantes e os ingleses: “Meu compadre, vou concluir dizendo que as quebras nos comerciantes desta praça vão aparecendo em ponto grande! Há poucos dias quebrou um negociante

inglês e evaporou-se imediatamente antes que o digno juiz do comércio o mandasse trancafiar. Dizem que traficância excedeu de trezentos contos de réis ! Se fosse algum brasileiro que caísse nessa asneira não escapava da cadeia, mas como foi um **godeme** nada lhe é dado acontecer. Compadre, só pode viver e ser feliz no Brasil quem deixou um umbigo **lá na outra banda**. Disse. **Compadre Provinciano**".

(**Diário de Pernambuco**, 18 de novembro de 1984)